

PRÁXIS

ENTREVISTA

ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA

AMAZÔNIA: O OLHAR DE UM DESCENDENTE DE JAPONÊS SOBRE A REGIÃO

Por Revista Terceira Margem Amazônia:

Gutemberg Guerra¹

Socorro Ferreira²

Rogério Almeida³

Alfredo Kingo Oyama Homma é pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, reconhecido nacional e internacionalmente. Pelo conjunto da obra, dez livros publicados; recebeu o Prêmio Nacional de Ecologia (1989); Prêmio Prof. Edson Potsch Magalhães (1989); Prêmio Frederico Menezes da Veiga (1997); Prêmio Jabuti (1999); e duas vezes o Samuel Benchimol (2004, 2010).

A família Homma, de imigrantes japoneses, aportou em terras amazônicas em 1933. Desde o começo, manteve contato com o elemento terra, seja produzindo juta (*Corchorus capsularis*) em Parintins, Amazonas, em Pernambuco (Jatinã), ou hortaliças na Bahia (Ilhéus), Espírito Santo (Cariacica) e no Maranhão (Lima Campos), onde dominava o extrativismo do babaçu e em São Luís. O patriarca, um judoca com segundo dan, educou os filhos sob a rígida disciplina nipônica. Assim foi talhado o rigor do pesquisador Alfredo Kingo Oyama Homma, uma das referências sobre a economia agrícola na Amazônia. Homma tem vínculo com a Embrapa Amazônia Oriental. É graduado em Agronomia, com pós-graduação em Economia. Toda a formação foi realizada em Viçosa, Minas Gerais, onde chegou pela primeira vez quando tinha 19 anos, em 1966. Tem dez livros publicados, com ênfase sobre a relação da economia com agricultura e recursos naturais da Amazônia. Faz 23 anos que defendeu a

-
- 1 Professor do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) da Universidade Federal do Pará (UFPA).
 - 2 Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – Amazônia Oriental).
 - 3 Professor do Curso de Comunicação da Universidade da Amazônia (Unama).

tese de doutorado sobre a economia extrativista. Trabalho que ainda hoje repercute. Para o pesquisador, a saída é potencializar a domesticação de espécies demandadas pelo mercado. A posição contrariou segmentos alinhados com a defesa da ocupação da Amazônia a partir do extrativismo. Nos últimos anos tem escrito sobre o processo de imigração dos japoneses na Amazônia. Em 2008 lançou o livro sobre o assunto no Pará e, em 2011, recuperou a experiência dos ancestrais no Estado do Amazonas.

Revista Terceira Margem – *A gente gostaria que o senhor iniciasse a nossa conversa falando da sua trajetória pessoal.*

Alfredo Homma – Eu nasci em 1947, no interior de Parintins, no Amazonas. Meu pai, Takeshiro Homma, chegou a Parintins em 1933, vindo da Província de Niigata, norte do Japão. Abandonou a família, largou o primeiro ano de Direito que cursava em Tóquio e veio se aventurar no Brasil. A minha mãe, Yoshime Oyama Homma, chegou com seus pais, da Província de Okayama, sul do Japão, mas em navios diferentes e se casaram no Brasil. Tiveram três filhos, sendo dois homens e uma mulher. O navio, a província de origem e o ano de chegada passam a ser o ponto de identificação. O meu avô materno Ryota Oyama foi quem efetuou a aclimação da juta. Os japoneses que migraram para Parintins se estabeleceram em área de várzea, para cultivar a juta. A partir de 1937, a juta começou a se expandir nas várzeas do Amazonas e Pará. Como é uma cultura intensiva em mão de obra, em luta anual com subida das águas, os colonos japoneses foram abandonando esta atividade e passando ao domínio dos caboclos. O auge da produção foi na década de 1960. Depois entrou em refluxo com o surgimento das fibras sintéticas, da implantação da Zona Franca de Manaus, do transporte a granel e do surgimento de novas alternativas econômicas. E tudo piorou durante o governo Collor, quando ele liberou as importações. Isso destruiu a cultura da juta. Ficou mais barato importar juta da Índia e Bangladesh. A lavoura da juta foi importante para a economia pós-crise da borracha e para a economia pré-Zona Franca de Manaus. A colonização japonesa em Parintins completou 80 anos em outubro de 2011.

RTM – *E o que a sua família fez após o ocaso da juta?*

AH – Em 1949, o meu pai resolveu sair de Parintins. Com a guerra, teve o confisco dos bens dos japoneses. Rádio, armas, motor... tudo foi confiscado. O meu pai ficou preso seis meses com o cônsul alemão e italiano, mas bem tratado, uma vez que com mais de dez anos de imigração, os japoneses já tinham feito uma teia de relações com os brasileiros. Ele distribuía sementes de

juta e o pessoal entendia que ele era “quinta coluna”, designação dada para os elementos do Eixo (Itália, Alemanha e Japão) no país, como se fossem espíões. Os alemães e os japoneses ficaram muito visados nessa época, devido ao afundamento de 34 navios na costa brasileira e a morte de 1.081 tripulantes e passageiros. Em Belém, casas de japoneses e italianos chegaram a ser depredadas. Mas não houve exageros, muita coisa é fantasia. Os japoneses eram obrigados a apresentar “salvo conduto” para qualquer deslocamento que fosse efetuar com as autoridades policiais.

RTM – *A sua família migrou para onde?*

AH – A família migrou para Pernambuco. Lá trabalhou com plantio de juta nas margens do rio São Francisco. E em seguida foi para Ilhéus, na Bahia, onde nasceu a minha irmã, Maria Oyama Homma Araújo. Em Ilhéus também não deu certo, e migramos para Cariacica, perto de Vitória, no Espírito Santo. Em seguida, fomos para o interior do Maranhão, para a região central do Estado, no município de Lima Campos. É a região dos cocais. Há predomínio da palmeira de babaçu (*Orbygnia speciosa*). Naquela época falava-se muito do assassinato de Getúlio Vargas. Eu tinha uns sete anos. A região representava uma frente de ocupação de colonos nordestinos incentivada pelas políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Depois, seguimos para São Luís. Fomos estudar. A escola era muito difícil para quem morava no interior. Fiz somente o quarto ano primário. Em São Luís, nasceu meu irmão, Rui Oyama Homma. A prioridade da família era educar os filhos. O meu pai era muito rígido. Era faixa preta de judô, segundo dan. Não admitia nota baixa. Todos os filhos passaram em primeiro lugar nos vestibulares. Passei em Viçosa, Minas Gerais. A minha irmã, em Medicina, em São Luís, e meu irmão caçula em Ouro Preto, em Minas Gerais, em Metalurgia. O meu pai acreditava que a única forma de ascender no Brasil era pela educação. Ele entendia que o Brasil era um país atrasado.

RTM – *Em São Luís, o senhor estudou onde?*

AH – Estudei em escola secundária pública. O ensino público naquela época era referência. Frequentei o Liceu Maranhense, fundado em 1838, no tempo em que existia o exame de seleção. O Liceu era considerado a melhor escola de São Luís. Muitos contemporâneos tornaram-se pessoas importantes no Estado e no país. Era como se fosse o Paes de Carvalho, fundado em 1841, aqui de Belém. Naquele tempo havia falta de transporte e para ir para a escola caminhava-se até 8 km, e na volta trabalhava na horta e estudava-se à noite com a luz de lamparina.

RTM – *E quanto à sua graduação e pós?*

AH – Fui para Viçosa cursar Agronomia. A razão de ter ido para lá foi por conta do famoso botânico japonês Chotaro Shimoya e do baixo custo de manutenção. Foi uma viagem bem atribulada. Naquele tempo era muito difícil o deslocamento entre as regiões do país. Eu tinha 19 anos. Isso se deu em 1966. A minha pós-graduação também foi lá. Fiz o Mestrado e Doutorado na linha de Economia. Após a Graduação resolvi voltar. Você com uma graduação em Viçosa, naquela época, tinha a possibilidade de pelos menos umas sete opções de emprego. Fiquei com a pior opção, em termos salariais. Fui para Manaus por questão de idealismo, trabalhar na extinta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social do Amazonas (CODEAMA). Houve uma migração grande do pessoal formado em Viçosa para o Amazonas, para trabalhar na Acar-Amazonas, que pagava muito bem. Depois fui para o Instituto de Pesquisa Agropecuária da Amazônia Ocidental (IPEAAOc), que é a atual Embrapa Amazônia Ocidental.

RTM – *E como foi para chegar até a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)?*

AH – Em 1973, a recém criada Embrapa incorporou o IPEAAOc. A primeira ação da empresa foi promover um agressivo programa de treinamento de pesquisadores em nível de mestrado e doutorado, no país e no exterior, atingindo dois mil pesquisadores em uma década. Em 1970, somente três pessoas tinham mestrado na Amazônia que trabalhavam com pesquisa agrícola. O mestrado naquele tempo era algo inacessível. O Brasil fez uma revolução silenciosa na pós-graduação, graduando 12 mil doutores e 41 mil mestrados em 2010. Fiz o Mestrado entre 1974 a 1976. Durante a graduação, tomei gosto pela Economia como sendo importante para resolver os problemas da agricultura.

RTM – *O senhor estudou o que em seu mestrado?*

AH – Fiz pesquisa na região da Transamazônica. Na Amazônia ocorrem modismos nos trabalhos de tese. A abertura da rodovia incentivou esse ciclo. Muita gente veio fazer pesquisa aqui. Encontrei vários americanos, entre eles o Philip Fearnside com a esposa, residindo em uma agrovila. Nigel Smith e Emílio Moran iniciaram também a carreira científica fazendo pesquisas na Transamazônica. Quanto à dissertação de mestrado perdi a oportunidade em aprofundá-la, faltou mais empenho e a visão do conjunto.

RTM – *E quando surge o interesse pela temática do extrativismo?*

AH – Isso nasce em Lima Campos, ainda no Maranhão. Quando criança eu quebrava coco de babaçu muito bem. Isso com uns sete, nove anos. A vida do pessoal de lá era quebrar coco. Todo mundo ali quebrava coco, enquanto os grandes comerciantes controlavam o negócio. Os caminhões que transportavam amêndoa de babaçu eram importados. Naquele tempo, o caminhão representava a modernidade. Muitas crianças do interior tinham como sonho serem motoristas de caminhão. Aquela realidade chamou muito a minha atenção. Ai junta tudo isso com o que vi das culturas de juta e da pimenta (*Piper nigrum*). A gente vai descobrindo que somente com graduação não é possível fazer pesquisa. O curso de mestrado abriu as possibilidades de realizar pesquisa. Quando voltei do mestrado, a economia do extrativismo despertou a minha atenção. Trata-se de uma realidade bem diferente daquilo que se estudava, como as culturas do arroz (*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*). Aí comecei a realizar análises da economia extrativista.

RTM – *Quando o senhor começa a elaborar os primeiros trabalhos?*

AH – Comecei a publicar sobre o assunto em 1980, no Boletim da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) que divulgou diversos artigos e na Acta Amazônica em 1982. Tanto que quando a “síndrome extrativa” iniciou-se no final da década de 1980, estava preparado e os resultados eram completamente antagônicos.

RTM – *Então, o senhor aprofundou o assunto do extrativismo no doutorado?*

AH – Isso! O doutorado foi sobre extrativismo. Eu já havia juntado bastante material. Fiz o doutorado entre 1984 e 1988. Após a tese de doutorado vieram algumas coincidências. Defendi a tese em outubro de 1988, em seguida ocorreu o assassinato de Chico Mendes, no dia 22 de dezembro do mesmo ano. O trabalho sai neste contexto. A partir disso ocorreu um ciclo de estudos sobre o extrativismo no país e no exterior onde havia este tipo de prática. Passaram a receber diversas denominações como “produtos invisíveis”, “colheita oculta”, “produtos florestais não madeireiros” etc. Criou-se a falsa concepção de que a extração de produtos florestais não madeireiros é sustentável, esquecendo que a sustentabilidade biológica nem sempre garante a sustentabilidade econômica e vice versa. Naquele tempo, era comum nos congressos a presença de índios ou seringueiros para realçar a importância do extrativismo os quais, com o tempo, foram caindo na realidade.

RTM – *Qual era a questão central da tese?*

AH – A tese segue na contramão do que o movimento extrativista acreditava ser o melhor caminho para o desenvolvimento da região. Na época, a pesquisadora Mary Allegratti, que era ligada ao Chico Mendes, soube da minha pesquisa. Em 1986, ela fundou o Instituto Amazônia, uma ativa ONG sediada em Curitiba, que ajudava o movimento dos seringueiros no Estado do Acre. Em setembro de 1988, ela organizou o primeiro congresso sobre o extrativismo no país. Foi aí que conheci o Chico Mendes e outros dirigentes, antes da execução dele. Com o assassinato de Chico Mendes, a mídia nacional e estrangeira focou sua atenção para o Acre. Para os leigos e para a mídia nacional e mundial não havia nada mais óbvio do que a coleta de produtos florestais para evitar desmatamentos e queimadas na Amazônia. Manter a “floresta em pé”, “povos da floresta”, reservas extrativistas, ribeirinhos etc. eram a ordem do dia em dezenas de seminários ao redor do mundo, o que emparedou o Governo Sarney.

RTM – *O que a pesquisadora Allegratti defendia?*

AH – Mulher corajosa e com forte personalidade, acreditava que as reservas extrativistas seriam uma maneira de proteger a floresta, gerar renda e emprego, dar dignidade para os “povos da floresta”, fortalecer os movimentos sociais etc. O emocionalismo pós-assassinato contribuiu muito para a difusão dessa ideia. Em 2011, completaram 23 anos da execução de Chico Mendes, mas acho que esta opção tem muitas limitações. As possibilidades de ocupação para a região são múltiplas. O Chico Mendes foi emblemático para se debater o desenvolvimento da região a partir de uma agenda socioambiental. A maior contribuição do sacrifício de Chico Mendes não foi com relação às reservas extrativistas, mas com relação ao modelo de desenvolvimento da Amazônia. Não se pode negar a importância do extrativismo. O extrativismo vegetal foi importante no passado, é importante no presente, mas precisamos pensar no futuro. Não é com o modelo de extrativismo do Acre, que vamos mudar a realidade da região amazônica.

RTM – *E qual sua análise sobre o extrativismo?*

AH – O que sempre defendi é que a economia extrativa é muito frágil. Ela está sujeita a diversas variáveis que a levam para o seu desaparecimento. A primeira variável que levanto é a domesticação. O extrativismo se mantém quando o mercado é pequeno. Mas com o crescimento da população e do mercado a oferta extrativa torna-se incapaz de atender às necessidades. As

próprias populações primitivas foram fazendo a domesticação. Nestes últimos dez mil anos, cerca de três mil plantas foram domesticadas. A primeira maçã que Adão e Eva provaram no Paraíso foi uma maçã extrativa. Isso tem início com os próprios caboclos. Eles possuem a capacidade de selecionar as melhores plantas e começam a fazer o cultivo no próprio quintal. Cada planta tem uma história de domesticação interessante da qual grande parte foi perdida.

RTM – *Quais as espécies da região que estão nesse processo?*

AH – Na Amazônia, estamos assistindo às domesticações recentes do jambú (*Spilanthes acmella*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), pupunheira (*Bactris gasipaes*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), bacurizeiro (*Platonia insignis*) etc. O exemplo mais antigo é do cacauzeiro (*Theobroma cacao*). Da Belém colonial saiam caravelas para Lisboa com carregamento de cacau. Muitas das igrejas antigas de Belém foram erguidas com a economia do cacau. O Palácio Lauro Sodré (Museu do Estado do Pará) foi erguido com recursos advindos das exportações de cacau e o Palácio Antônio Lemos (Museu de Arte de Belém) com dinheiro da borracha. Em 1746, o cacauzeiro foi levado para a Bahia por Louis Frederic Warneaux, para a cidade de Canavieiras. Na sede da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) existe uma placa em homenagem ao primeiro fazendeiro que cultivou o cacauzeiro na Bahia, Antônio Dias Ribeiro. Os relatos dos viajantes na Amazônia mencionam sobre o cacauzeiro nas várzeas. Ele era encontrado em Cametá, Óbidos, Monte Alegre etc. A obra de Inglês de Souza, O Cacauleiro, trata sobre isso. O cacauzeiro foi domesticado na Bahia e depois levado para a África e a Ásia. Após o deslocamento do cacauzeiro para a Bahia, a hegemonia do Pará na exportação perdurou até a época da Independência do Brasil. Fenômeno idêntico ocorreu com a seringueira (*Hevea brasiliensis*), que foi levada por Henry Alexander Wickham, em 1876, e a nossa alegria durou enquanto estavam crescendo as seringueiras no Sudeste asiático. Durante 30 anos, as exportações de borracha chegaram a participar como terceiro produto da pauta das exportações nacionais, vindo logo depois do café (*Coffea arabica*) e do algodão (*Gossypium hirsutum*). A domesticação amplia a oferta, oferecendo um produto com preço reduzido e com isso desagra a economia extrativa.

RTM – *E qual a tendência do extrativismo?*

AH – Avalio que é acabar ao longo do tempo. Muitos acham que nunca vai desaparecer. Eles sinalizam a experiência do couro vegetal obtido a partir do

látex da seringueira, a produção de camisinhas feitas a partir de borracha extrativa etc., que podem ajudar na manutenção do extrativismo, criando nichos de mercado. A questão é a democratização dos *green products*. Para manter o extrativismo é importante que não se criem alternativas econômicas, não financiem pesquisas sobre domesticação, criar nichos de mercado, evitar abertura de estradas etc.

RTM – *Qual a segunda variável que complica a economia extrativa?*

AH – A segunda é a questão do aparecimento de sintéticos. Foi o que ocorreu com o extrativismo do pau-brasil (*Caesalpinia echinata Lam*) que foi iniciado em 1503. Foi a primeira atividade econômica que o país conheceu. A Coroa Portuguesa deu a concessão para Fernando de Noronha, responsável pela retirada e venda dessa madeira. Isso durou até 1876, quando foi efetuada a síntese da anilina pelos químicos da Bayer. Hoje, há uma retomada de interesse pelos corantes naturais para uso em alimentos e cosméticos. Na Amazônia, temos o caso do timbó (*Ateleia glazioviana*), uma leguminosa arbustiva cujas raízes contêm rotenona, utilizado como inseticida natural. Belém e Manaus eram grandes exportadores até antes da guerra. Em 1939, com a descoberta do DDT (*dicloro-difenil-tricloroetano*) o timbó entra em desuso. Com a descoberta do DDT, todo o estoque de tecnologia acumulado sobre o timbó foi perdido. O DDT foi muito usado no combate aos insetos transmissores de doenças em todo o mundo. Foi uma descoberta do químico suíço Paul Hermann Müller, que depois recebeu o Prêmio Nobel de Medicina. O DDT quebrou a economia do timbó. Hoje, o Brasil importa o timbó do Peru. Em época mais recente, a possibilidade do plantio do timbó tem sido afetada pela entrada do nim (*Azadirachta indica*). Outro exemplo é o caso do pau-rosa (*Aniba rosaeodora ducke*). Foi um extrativismo à custa de destruição dos estoques acessíveis e cresceu até década de 1950. É usado como fixador para cosméticos. O sabonete Phebo usava a essência de pau-rosa que identificava a pessoa que utilizou do sabonete. Com a escassez do óleo essencial de pau-rosa, o seu uso ficou restrito para os perfumes finos, como o Chanel n. 5. Mais uma vez, a presença de produtos sintéticos e o esgotamento do estoque do recurso natural reduziram a importância da economia extrativa do pau-rosa. Já deveríamos ter plantado há 30 anos, permitindo o corte de 30 mil árvores/ano, para garantir o volume máximo exportado em 1951 (444t). Estaria gerando renda e emprego e a formação de um polo floro-xiloquímico de produção local.

RTM – *Que outros exemplos podem ajudar na reflexão sobre os limites da atividade extrativa?*

AH- A atividade extrativa apresenta baixa produtividade da terra e da mão de obra decorrente da rarefação dos recursos na floresta. Com o aumento dos níveis salariais da economia, o extrator (patrão e empregado dele mesmo) vai ter que se contentar em ganhar cada vez menos, a não ser que elevem os preços dos produtos extrativos. A elevação dos preços e o crescimento do mercado é um convite para a domesticação.

RTM – *Que outro elemento desestabiliza a economia extrativa?*

AH – A manutenção do extrativismo exige a floresta intacta. A expansão da pecuária reduziu o estoque de castanheiras (*Bertholletia excelsa H.B.K*) no Sudeste Paraense. Esta árvore tem sido vítima das políticas públicas na Amazônia: abertura da Transamazônica, PA-150 cortando o coração das áreas de ocorrência, hidrelétrica de Tucuruí, Programa Grande Carajás etc. Deve ser feita a ressalva de que a manutenção da floresta em si não é garantia da permanência da economia extrativa. No futuro, podemos ter “reservas extrativistas sem extrativismo”.

RTM – *Qual a sugestão a partir da domesticação dos recursos locais?*

AH – Creio que devemos domesticar os recursos extrativos que apresentam conflitos entre a oferta e a demanda e de novas plantas potenciais. São vários produtos que estão nessa situação: tucumã no Estado do Amazonas, bacuri nos Estado do Pará, Maranhão e Piauí, uxi (*Endopleura uchi*), castanha-do-pará, fava d’anta (*Dimorphandra mollis Benth*), unha de gato (*Mimosa bimucronata*), madeira etc. Sem falar dos recursos da pesca que apresentam um grande potencial para a Amazônia. Produzimos mais carne de frango do que a carne bovina, enquanto a produção de pescado está estagnada em 10% do que é produzido de carne bovina ou de frango. Poderíamos fazer uma revolução da piscicultura na Amazônia, substituindo a pecuária bovina.

RTM – *Como é a interpretação da sua tese junto aos pares da academia?*

AH – Acho que aumentou muito a compreensão sobre a economia extrativa no país e no mundo. Mesmo os defensores estão percebendo a dificuldade dos sistemas tradicionais se manterem, engolidos por outras atividades, baixa rentabilidade, não se constituindo em opção para os jovens etc. Apesar do aspecto emblemático da seringueira, em 1991, pela primeira vez a produção de

borracha plantada suplantou a extrativa, e atualmente a produção de borracha extrativa não representa 2% do total de borracha natural produzida no país.

RTM – *Por falar em Acre, qual foi a grande contribuição do Chico Mendes?*

AH – A grande contribuição do Chico Mendes foi colocar com o sacrifício da própria vida a Amazônia na agenda política do país e junto às organizações internacionais. A contribuição mais importante não é o modelo de reserva extrativista, mas a de repensar o modelo de desenvolvimento. A repercussão do assassinato de Chico Mendes foi um divisor de água para a Amazônia. Quando se compara o momento atual com as décadas de 1970 e 1980, o que se discute hoje não seria possível naquele tempo.

RTM – *Onde estão os extrativistas hoje?*

AH – Eles estão no processo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), uma rede internacional que debate as emissões de gases e as formas de contribuição que a floresta tropical pode conferir para o resgate de carbono. Outra corrente ainda acredita na coleta de produtos da floresta.

RTM – *Aqui na Amazônia, teria saída a partir de algum produto?*

AH – Muitos produtos extrativos com grande estoque como madeira, açaí (*Euterpe oleracea*), castanha-do-pará, bacuri, tucumã, pesca, ainda vão permanecer com o extrativismo por longo tempo. Vai depender do crescimento do mercado, da disponibilidade de tecnologia, do interesse pelo plantio ou criação, que nem sempre acontece nas áreas de ocorrência (cacaueiro, seringueira, guaranazeiro (*Paullinia cupana Kunth*), pupunheira etc.). O capital extrativo, muitas vezes, funciona como uma barreira para a expansão dos plantios. O extrativismo do açaí consegue uma boa remuneração, se comparado com os demais. É uma exceção, pois para a maioria dos extratores a renda do extrativismo é marginal. O ciclo do açaí repete o ciclo da borracha com a exportação na forma de matéria prima. Um grupo de empresas estrangeiras busca o produto no pico da safra quando o preço é menor. São empresas dos Estados Unidos, Japão, França e de empresas locais que exportam. O mercado externo não deveria ser prioridade. Tem um grande mercado local e nacional que foi ampliado para o ano inteiro com as técnicas de beneficiamento. Já chegamos a pagar até R\$ 24,00 por litro de açaí grosso quando no início do Plano Real em 1996, custava R\$ 1,50/litro, um aumento de 1.600%.

RTM – *E a política no governo Lula para o setor extrativo?*

AH – A tônica da Ministra Marina Silva foi à criação de mega reservas extrativistas, que tiveram o efeito de reduzir a expansão da fronteira agrícola. Para muitas reservas extrativistas existe mais um problema agrícola do que extrativo. Os moradores das reservas não possuem condição de sobrevivência somente com a coleta extrativa. Na Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz, no Pará, o búfalo é importante para a geração de renda; de criação bovina em Xapuri, no Acre etc. As queimadas têm aumentado no Acre pelo avanço da pecuária. No Governo Lula ocorreu um incremento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aumentando de dois bilhões de reais no Governo FHC para 12 bilhões de reais. O Banco da Amazônia tem dificuldade em aplicar os recursos pela falta de opções tecnológicas, pela fraqueza de extensão rural, pelo baixo nível de educação formal dos produtores etc. Por conta dessas mudanças, a Bolívia produz mais castanha-do-pará do que o Brasil. Faz 60 anos que a produção total de castanha da Bolívia, Brasil e Peru é de 60 mil toneladas. A população dos países desenvolvidos aumentou e o consumo no mercado doméstico também. O que isso significa? Precisamos plantar a castanheira em grande escala. Tem mercado.

RTM – *Que outras questões são levantadas para o senhor ainda sobre o extrativismo?*

AH – O uso de tecnologias *high-tech* em reservas extrativistas. Tem o caso da fábrica de preservativo, de indústrias madeireiras, de fábricas de beneficiamento de castanha etc. no Estado do Acre. Avalio isso como algo complicado com dificuldade de replicação. No caso de preservativos atendem uma demanda do Ministério da Saúde. O projeto tem limites, em particular com a coleta do látex extrativo e do alto custo do empreendimento.

RTM – *Além do extrativismo o que o senhor tem produzido sobre a migração dos japoneses?*

AH – Escrevi um livro sobre o processo migratório no Pará. Agora saiu outro sobre a imigração no Amazonas, pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Os japoneses no Pará e Amazonas demonstraram que as populações locais não são avessas às inovações. Introduziram duas culturas exóticas: a pimenta e a juta que foram rapidamente democratizadas. Foi a fusão de dois universos bem diferentes. No caso da juta foram obrigados a abandonar por conta da baixa lucratividade e da escassez de mão de obra. A expansão da juta foi feita pelos ribeirinhos. Os japoneses ganharam pouco com a juta. No caso

da pimenta já foi diferente, muitos agricultores japoneses ganharam dinheiro na fase inicial. Foi a cultura que deu início à tecnificação agrícola na Amazônia. Isso se deu graças aos japoneses que iniciaram a “agricultura de vasos” em solos de terra firme de baixa fertilidade. A colônia de Tomé-Açu existe até hoje, com 82 anos, indicando que a questão na Amazônia não é criticar a soja ou a pecuária, mas decorre do nível tecnológico dessas atividades. Quanto à sustentabilidade nem sempre é endógena, mas exógena ao sistema. Mas, creio que deve desaparecer no futuro decorrente da miscigenação entre descendentes dos japoneses e brasileiros e do surgimento de novas atividades. Creio que por ocasião das comemorações do bicentenário, o ciclo agrícola desencadeado pelos imigrantes japoneses será uma lembrança do passado. A tendência é a assimilação e a desintegração. Em Tomé Açu, que foi o principal produtor de pimenta, está ocorrendo o crescimento da monocultura de dendezeiro (*Elaeis guianensis*) e da fruticultura. O Censo Agropecuário 2006 mostra que a concentração da produção de pimenta é de pequenos produtores brasileiros. As soluções das questões ambientais na Amazônia passam pelo mercado e não pelo assistencialismo verde. A insistência no extrativismo vegetal pode prejudicar os produtores na geração de novas oportunidades e dos consumidores na obtenção de produtos com preço mais baixo e com qualidade.